

RETOMADO ACT DA EBSERH

Após troca de direção, é retomada a negociação salarial da empresa. Primeira reunião já aconteceu

PAG. 03

#8M SINDICALIZADAS FORMAM COLETIVO

Mulheres do sindicato se organizam em coletivo para trazer novas filiadas para a vida sindical ao longo do ano

PAG. 12

A JORNADA DO PLANEJAMENTO

Direção Colegiada Estadual se reuniu por três dias e definiu o calendário de atividades para todo o ano de 2023

PAG. 10



INFORME SINDICAL | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

JORNAL DO SINTSEP/MS

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL EM MS



MARÇO/ABRIL/MAIO 2023, EDIÇÃO **#90**
2.000 EXEMPLARES

Servidores Federais do Executivo conquistam reajuste de 9%



“Após 8 anos, o Governo Federal reabriu a Mesa de Negociação com os Servidores em fevereiro de 2023. A categoria realizou assembleias em todos os estados do país para avaliar a proposta de reajuste salarial apresentada pelo Governo”

PAG. 06

EDITORIAL:

ENFIM, REAJUSTE E NEGOCIAÇÃO. NECESSÁRIO MAIS ORGANIZAÇÃO E MAIS LUTA PARA AVANÇARMOS



As servidoras e servidores civis do Poder Executivo Federal conquistam um reajuste de 9% sobre as remunerações e de 44% (R\$200,00) no Auxílio-Alimentação, além de abrir espaço para negociações com o novo Governo.

O Jornal do Sintsep/MS chega em momento oportuno e positivo para a categoria das trabalhadoras e dos trabalhadores no serviço público federal. Após de oito anos sem sermos recebidos para negociar, mais de seis anos com salários e benefícios congelados, arrocho e piora nas condições de trabalho. Finalmente nossos representantes sindicais são recebidos para ouvir e negociar.

Neste contexto, foi encaminhado reajuste de 9% nas remunerações e aumento de R\$200,00 no auxílio-alimentação, a partir de 1º de Maio. Mas, principalmente, foi restabelecida a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e celebrados os compromissos contra a reforma administrativa (PEC 32/20), e pela regulamentação da convenção 151 da OIT.

Consideramos estes avanços importantes, mas insuficientes diante

do processo de desmonte do setor público e de desvalorização das/os trabalhadoras, ocorrido, especialmente, nos últimos anos, a partir do golpe de 2016.

As forças econômicas, políticas e sociais que perpetraram o estrangulamento do setor público em geral e das políticas sociais em particular, através da Emenda do Teto de Gastos (EC 95), a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a liberação da terceirização irrestrita, o achatamento dos salários, o desemprego e a precarização dos vínculos trabalhistas, continuam agindo para manter este estado de coisas. Amarram o Governo por dentro ao mesmo tempo que chantageiam de fora pra dentro.

Nós, trabalhadoras e trabalhadores, precisamos estar conscientes, organizadas e mobilizadas para dizer em alto e bom som que as soluções para os problemas do nosso país passam por melhorar a vida da população e por garantir direitos da classe trabalhadora. As soluções para os problemas, para nosso país passam pelo fortalecimento do papel do Estado na economia, das políticas sociais, do desenvolvimento tecnológico e da preservação do meio ambiente.

Precisamos estar unificados neste Sindicato que nos representa, o Sintsep/MS. A perspectiva de superação da desvalorização e da perda de direitos só pode ser alcançada pela organização e pela luta. Desde já, preparemos-nos para pressionar o Governo a transformar nossas reivindicações em

propostas para superar a defasagem salarial e o desmonte institucional no Orçamento de 2024. Cobremos do Congresso Nacional que legisle a favor da maioria do povo.

Boa leitura e boas lutas a todas e a todos!

Campo Grande, MS, abril de 2023.

Diretoria Executiva do Sintsep/MS

Entenda o que é a Convenção 151 da OIT

A convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) regula as relações de trabalho para servidores públicos nas três esferas do funcionalismo. Ela assegura o direito à negociação coletiva, a data-base, o direito de greve e a livre sindicalização no setor público.

O direito à negociação coletiva no setor público é uma luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público. Durante os governos de Lula e Dilma a luta avançou e o Brasil ratificou a adesão à Convenção 151 no ano de 2010. Em 2013 a Presidente Dilma Rousseff editou o Decreto 7944 internalizando a norma. E no final de 2017 o Congresso Nacional aprovou o PL 3831/15 que regulamentaria o assunto. Lamentavelmente, o presidente golpista Michel Temer vetou integralmente o projeto. Para este ano, é um desafio cobrarmos a regulamentação já nas negociações de 2024.

EXPEDIENTE: Diretoria Colegiada Estadual (DCE) do Sintsep/MS: Wesley Cassio Goully, Élio Araújo de Oliveira, Adilson Nascimento dos Santos, Jorge Guimarães, João Nascimento, Jurandir de Freitas, Maria Helena Silva de Farias, Sergio Conceição Chaves, Joel Lima de França, Arnaldo Ferreira da Silva Filho, Gilmar Gonçalves, Suél Ferranti da Silva, Wilson Polon, Ana Claudia Salomão da Silva, Joabe Fernandes, Crizantho Alves Fialho Neto, Gilmar Kerber, Geraldo da Silva Souza, Nivaldo Gonçalves Reis, Lourival Batista Lima, Adejair dos Santos Apolinário da Silva, Valdemir Gomes dos Santos, Sady Soares Dias, Edvaldo Amarildo Ferreira, Tais de Cassia Peçanha Rocha, Cesar Domingos Ribas, Joaquim Valter de Carvalho, Wilson Leite da Rocha. **Conselho Fiscal:** Aparecido Teixeira Gomes, Francisco da Cruz, Ney Fuzeta Perez. **Conselho Editorial:** Adilson Nascimento dos Santos, Jorge Guimarães, João Nascimento, Maria Helena Silva de Farias, Sergio Conceição Chaves. **Secretaria de Comunicação:** Adilson Nascimento dos Santos, Suél Ferranti da Silva. **Responsável pela redação e edição:** RED COM PMMR; Walter Queiroz Jr. **Contato do Sindicato:** +55 (67) 99262-5951 | www.sintsepms.org.br | comunicacao@sintsepms.org.br



Cartilha: Organização sindical e negociação coletiva no setor público



APÓS TROCA DA DIREÇÃO DA EMPRESA, NEGOCIAÇÃO DO ACT DA EBSERH É RETOMADA



Embora a proposta das empregadas e empregados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024 tenha sido protocolada em 27 de dezembro de 2022, a primeira reunião preparatória ocorreu somente em 8 de fevereiro de 2023.

Nos últimos anos, os ACTs da Ebserh foram levados para a mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Já na iminência da eleição de um novo governo, os trabalhadores conquistaram algum alento com a mediação de um reajuste de 11% sobre salários e benefícios.

Em março, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) se retirou da mesa, pois os representantes da empresa se propuseram “arbitrar” o pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), de ampliação de seu espaço obtendo paridade com a Condsef/Fenadsef. Na prática, se isso fosse implementado, reduziria a participação dos trabalhadores na mesa de negociação, pois a Condsef, por meio dos Sintseps, representa os trabalhadores em 21 dos 24 estados onde a Ebserh atua.

Cabe esclarecer que a bancada da Condsef na mesa de negociação com a Ebserh é composta pela representação sindical (dois diretores) e por uma comissão de trabalhadores (dez empregados) da Empresa. A Condsef é a única representante na mesa que leva também trabalhadores para a negociação.

Para a Condsef, essa situação é um desserviço aos mais de 40 mil trabalhadores

e trabalhadoras da Ebserh. “Não concordamos em retirar os trabalhadores da mesa e nossa participação é uma conquista”, pontuou o secretário-geral, Sérgio Ronaldo da Silva.

Nova direção

Após a derrota do governo de extrema-direita, foi nomeado para a presidência da Empresa, o médico sanitarista Arthur Chioro. A Condsef/Fenadsef, que participou da posse do novo presidente em 9 de março, informou a situação e cobrou da nova direção uma audiência para que os impasses que impediam o início da mesa de negociação fossem sanados. Entretanto, a diretoria da Empresa ainda não foi totalmente renovada.

Retomada

A retomada da negociação aconteceu em 28 de março, de forma virtual, ocasião em que a Ebserh indica ter recebido as propostas da Condsef, CNTS e Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE). Os representantes da Ebserh ainda não apresentaram proposta para o ACT.

As próximas rodadas de negociação estão marcadas para os dias 19 de abril e três de maio.



Confira o arquivo com a proposta das empregadas e empregados apresentada pela Condsef: Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho pelos Empregados da Ebserh 2023/2024

INICIADA JORNADA DE DIREITOS DOS SERVIDORES



A luta dos servidores federais em Mato Grosso do Sul pelo reconhecimento de direitos trabalhistas tem mais uma etapa. A Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) do Sintsep/MS, em conjunto com a Direção Executiva, ao longo do ano de 2023, visitará servidores sindicalizados para levar informações, orientações e colher documentação necessárias aos processos judiciais

A Jornada dos Direitos dos Servidores Federais é uma atividade organizada pela Diretoria do Sintsep/MS como uma força-tarefa. Na atividade, concentrada em determinado período e local, a Diretoria encontrará com os sindicalizados para levar informações acerca da conjuntura, da luta por melhoria salarial e por direitos e ao mesmo tempo orientar e apoiar para que forneçam os documentos necessários para prosseguimento e execução de ações judiciais. Ela será realizada em todo o estado de Mato Grosso do Sul ao longo do ano de 2023.

Corumbá e Ladário foram os primeiros municípios contemplados com a atividade. Diretores do Sintsep/MS, visitaram sindicalizados, orientando sobre ações judiciais e colhendo documentos necessários para que advogado do Sindicato possam dar prosseguimento na execução judicial em ações já em curso. 40 famílias foram visitadas.

A ação em outros municípios. Diretores já visitaram a região leste do estado (Aparecida do Taboado, Bataguassu, Cassilândia, Ivinhema, Nova Andradina e Três Lagoas). Também as regiões norte (Coxim e Rio Verde de MT) e Sudoeste/Pantanal (Anastácio, Aquidauana, Bonito, Jardim, Miranda).

SINTSEP/MS MOBILIZA SERVIDORES NA LUTA CONTRA A EXTINÇÃO DA FUNASA E PRESERVAÇÃO DOS SEUS DIREITOS



Proposta de extinção da Funasa é prorrogada, abrindo espaço para mobilização dos servidores da entidade pela manutenção do órgão. Em Campo Grande, os servidores realizaram um ato público em protesto na terça-feira (4/4) na sede da superintendência regional.

Proposta pelo executivo (Medida Provisória (MP) 1.156/2023), a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) divide as atribuições do órgão. As atividades relacionadas à vigilância em saúde e ambiente ficarão com o Ministério da Saúde e as demais atividades serão assumidas pelo Ministério das Cidades.

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) tem mobilizado servidores lotados no órgão por todo país para participação em uma Força-Tarefa que busca sensibilizar o Governo e os parlamentares a reverterem a extinção. Representando o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Mato Grosso do Sul (Sintsep/MS), a servidora Débora Portela esteve em Brasília de 20 a 31 de março.

Durante o período, os membros da Força-Tarefa contra a extinção do órgão visitaram parlamentares informando sobre os prejuízos decorrentes da extinção. Foi elaborado e entregue aos parlamentares um

dossiê sobre o assunto, a fim de subsidiá-los no voto contrário à MP.

O consenso para os servidores e para a Condsef é de que não há necessidade da extinção do órgão, mas que cabe uma reestruturação.

na quarta-feira (29/3) quando os servidores e a força tarefa realizaram a defesa dos mais de mil e quinhentos servidores da Funasa que receberam a notícia de redistribuição da sua lotação de surpresa, após a publicação



A FUNASA

A Funasa foi criada em 1991 com o objetivo de promover a saúde pública e o saneamento ambiental em todo o território nacional, principalmente em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano. A fundação é responsável por coordenar e executar programas de prevenção e controle de doenças, além de atuar na gestão de recursos hídricos e no controle da qualidade da água para consumo humano.

da Portaria Interministerial 881/2023 na quinta-feira (23/3).

Sobre as redistribuições, a Condsef publicou em 29 de março, o Ofício Circular Condsef/Fenadsef nº 22/2023 com as recomendações da assessoria jurídica. Dia Nacional de

A campanha de mobilização adota o lema: **Reestruturação sim, extinção não!**

A ação teve um momento de grande importância com a realização de uma Audiência Pública realizada



Luta

Em Campo Grande, os servidores da Funasa se reuniram em assembleia na segunda-feira (3/4) com a participação de diretores do Sintsep/MS e aderiram ao chamado para o Dia Nacional de Luta, realizando um ato público em protesto na terça-feira (4/4) na sede da superintendência regional. O ato contou com apoio do Sintsep/MS que forneceu faixas e participou do ato contra a extinção e pela reestruturação da Funasa.

E agora?

O prazo para votação da medida provisória foi prorrogado por mais sessenta dias pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG) no dia 30 de março. Abrindo mais espaço para discussão sobre o tema e para a mobilização. Com a prorrogação da MP, a Condsef orienta por uma mobilização massiva em data a ser definida, com o envio de delegações de todos os estados a Brasília.

Clima no Congresso

Na última sondagem de votos

na Câmara Federal, a situação é favorável à revogação da MP. Dos 513 deputados, 374 foram consultados, dos quais 197 são contra a extinção do órgão. Apenas 9 se manifestaram a favor e os 120 restantes se posicionaram em dúvida quanto à matéria.

Diretores do Sintsep/MS procuraram os membros da bancada federal por MS para solicitar posicionamento contrário à extinção da Funasa. Até o momento, os deputados Camila Jara, Dagoberto Nogueira, Luiz Ovando e Vander Loubet e a senadora Tereza Cristina indicaram que poderão votar pela revogação da medida provisória. Os outros quatro deputados, Beto Pereira, Geraldo Resende, Marcos Polon e Rodolfo Nogueira manifestaram estar em dúvida quanto ao assunto. E os dois senadores, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, ainda não se manifestaram.

Retrocesso

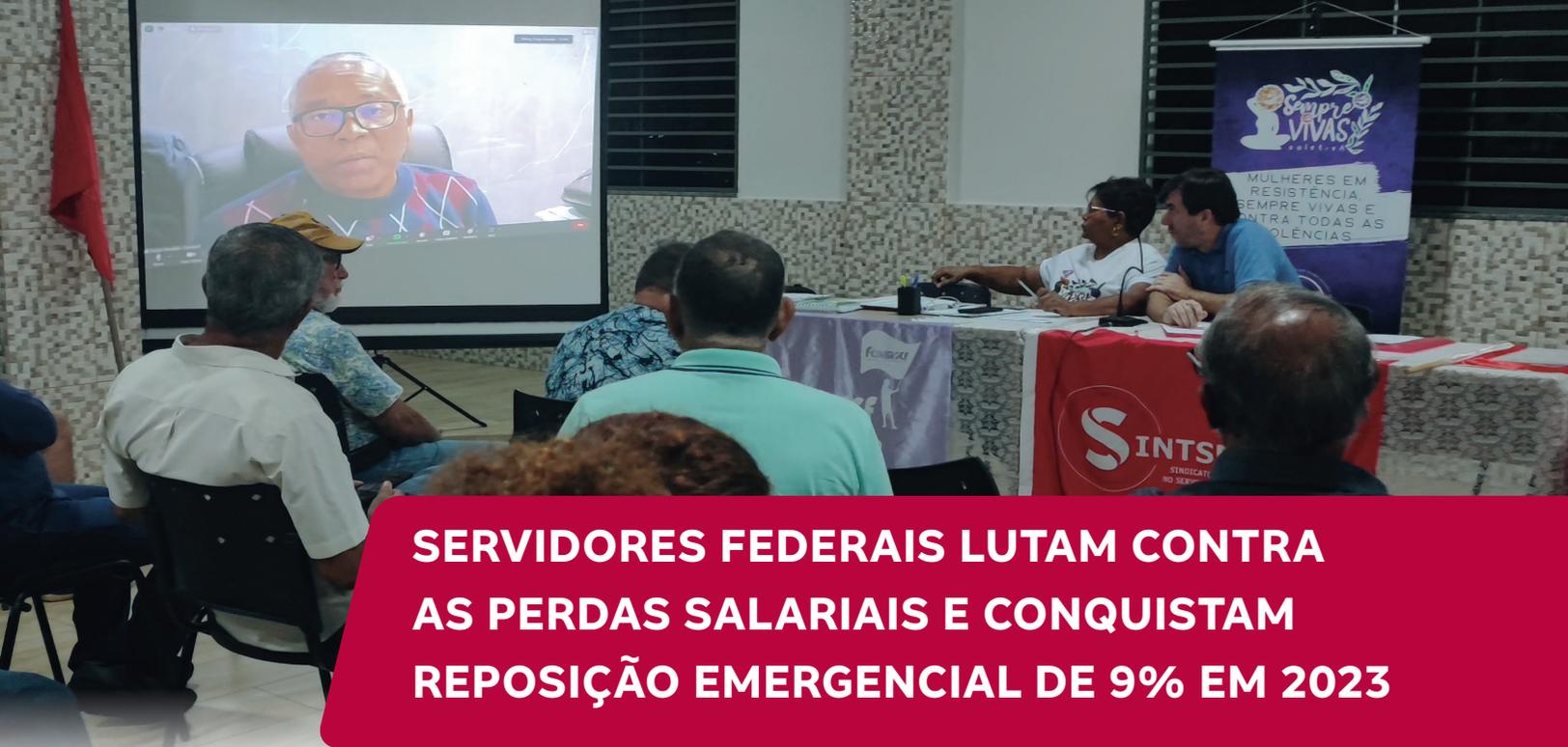
Para o Sintsep/MS, a extinção da Funasa é uma medida precipitada. Ela não garante melhoria no atendimento

do direito à saúde e à promoção de políticas públicas de saneamento básico. Ao mesmo tempo, pelo contrário, pode abrir espaço para o avanço na privatização dos serviços de saneamento, causando impactos negativos, especialmente em regiões mais vulneráveis do país onde a iniciativa privada não tem interesse em operar o serviço, áreas rurais onde vivem comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados/as e agricultura familiar, municípios de até 50 mil habitantes. Outro problema que a MP traz diz respeito aos direitos dos servidores lotados no órgão. Com a redistribuição apressada, eles podem ter impactos na perda de direitos.

O Sintsep/MS está acompanhando de perto as medidas administrativas decorrentes da MP 1.156/23 para evitar ou reverter qualquer perda de direitos dos servidores que possam ocorrer.



CONFIRA: OFÍCIO CIRCULAR
CONDSEF/FENADSEF N° 22/2023
COM AS RECOMENDAÇÕES DA
ASSESSORIA JURÍDICA.



SERVIDORES FEDERAIS LUTAM CONTRA AS PERDAS SALARIAIS E CONQUISTAM REPOSIÇÃO EMERGENCIAL DE 9% EM 2023

Desde 2015 sem negociação e com uma defasagem salarial acumulada de 26,94% no último governo, servidores civis do executivo federal aceitaram o acordo proposto pelo Governo Lula. Além do aumento, serão pagos R\$200 a mais no auxílio-alimentação.

Este período recente da democracia brasileira, em especial os últimos seis anos, é marcado por muitos retrocessos para a classe trabalhadora e para o funcionalismo público. Servidores federais têm acumulado mais e mais defasagem salarial ao longo dos anos, sem ter conseguido sequer uma negociação unificada com os últimos dois governos (Têmer e Bolsonaro). Entre pequenas greves esporádicas e muito barulho midiático, pouco se avançou na conquista de direitos. Pelo contrário, o retrocesso se instalou e há casos em que pode-se observar, por exemplo, uma defasagem salarial de até 49%.

Em 2022, após três anos do início do governo Bolsonaro, acumulando perdas de direitos (Reforma da Previdência, EC 103), congelamento salarial e nenhuma negociação, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) e outras entidades do campo cutista (Aliança das Três Esferas) propuseram e convenceram as demais entidades do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores

Públicos Federais (Fonasefe) a unificar o índice em 19,99% de reposição emergencial linear, que corresponde às perdas acumuladas nos três primeiros anos do governo Bolsonaro (2019 a 2021). Com isso, a campanha salarial foi unificada, alcançando a opinião

É como se ganhássemos hoje, metade do que ganhávamos em 2016.

pública e pressionando o governo e sua base no Congresso Nacional.

Na tentativa de obter algum alívio financeiro, alicerçadas na unidade de ação contra a PEC 32/20, que freou a reforma administrativa nos anos de 2021 e 2022, as entidades que compõem o Fonasefe chegaram ao consenso, de apresentar o índice linear e unificado de reposição salarial. Considerando que a legislação proíbe a concessão de

aumentos em ano eleitoral, mas que a Constituição assegura a possibilidade de reposição da inflação.

Avanço na unidade da demanda das entidades representativas do funcionalismo, ignorada pelo Executivo Federal. A pressão das entidades e da categoria, entretanto, levaram o governo, que tentava a reeleição, a prever recursos para reestruturação de carreiras na proposta de Lei Orçamentária para 2023, ainda que subdimensionados.

O ano de 2022 terminou sem a aprovação da PEC 32 e com a eleição de um novo governo, desta vez, mais alinhado com a classe trabalhadora criando margem para a retomada da organização e da manutenção da unidade em torno das demandas do Serviço Público Federal.

Foi necessário negociar com o novo governo, a alteração da rubrica e a destinação do valor para reajuste de salários. A proposta pactuada, dentro dos valores do orçamento, corresponde a reajuste linear de 9% sobre a remuneração de todos os servidores civis do poder executivo

federal e aumento de 44% (R\$200,00) no auxílio alimentação a partir de 1º de Maio de 2023.

Novos ventos

Criada no primeiro governo Lula (2003), a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) foi reaberta para a instalação de negociações entre a categoria dos servidores públicos federais e o Governo Federal já com a perspectiva de uma recomposição salarial em 2023 e a regulamentação da negociação coletiva no serviço público (Convenção 151 da OIT).

Em 2023, após seis anos foi realizada na nova gestão de Lula. Em 7 de fevereiro, reunião da MNNP, o que não acontecia desde 2015, ainda no então governo Dilma. Retomado o diálogo com servidores e suas representações, para mudanças no funcionalismo e na remuneração.

A reunião aconteceu na Esplanada dos Ministérios em Brasília e contou com a presença da Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Outros 11 ministros de estado participaram da cerimônia, dentre eles, Fernando Haddad da Fazenda, Luiz Marinho, do Trabalho e do Emprego, Simone Têbet do Planejamento e do Orçamento, Carlos Lupi da Previdência Social e Rui Costa da Casa Civil.

Pelos trabalhadores, a representação foi realizada por entidades de classe, dentre elas, a Condsef/Fenadsef e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) às quais o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em MS (Sintsep/MS) é filiado.

A iniciativa, de acordo com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, buscará soluções negociadas entre as partes e o estabelecimento de normas que visem à melhoria da qualidade dos serviços prestados, da valorização dos servidores públicos, além do debate de temas relacionados à democratização do Estado.

O representante do Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva destaca a importância e simbolismo do momento: “A gente precisa agir

para acalmar a categoria e discutir como vamos colocar na lata do lixo os entulhos desse desgoverno que conseguiu fugir do Brasil”.

Pela CUT, Pedro Armengol relembra a necessidade de mobilização permanente e a valorização da negociação coletiva no setor público: “A compreensão de que a valorização da negociação coletiva, passando pela regulamentação da convenção 151 (OIT), para que não seja apenas uma vontade de governo, mas que seja uma política de Estado” recobra.

Na terceira reunião da MNNP, em 10 de março, o Governo, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) atualizou e reapresentou a proposta para as entidades sindicais representativas dos servidores federais. Os sindicatos levaram a proposta para a avaliação e deliberação do funcionalismo federal em Assembleias realizadas em todos os estados do país. Após o aceite da maioria absoluta do funcionalismo, as entidades sindicais e o governo firmaram o Termo de Acordo 1/2023 em 24 de março.

No dia 31 de março o governo publicou a Portaria MGI 977, reajustando o auxílio-alimentação a partir de 1º de Maio. No mesmo dia, encaminhou o PLN 2/2023 ao Congresso Nacional para alterar a Lei Orçamentária e ser autorizado a reajustar as remunerações

do funcionalismo. O valor orçado das medidas é da ordem R\$11,2 bi.

As perspectivas para 2024

O acordo entre Governo e Entidades Sindicais Representativas dos Servidores Federais vai além do reajuste emergencial. Versa sobre o compromisso de suspender ou revogar algumas medidas que afetam negativamente o funcionalismo, a gestão pela retirada da PEC 32, da reforma administrativa, a retomada das mesas setoriais e a regulamentação da MNNP como espaço para tratar das reivindicações para o ano 2024 e seguintes.

Uma porta se abriu para a categoria. Para que isso represente novos avanços nas remunerações, nas condições de trabalho, na estruturação das carreiras e na regulamentação do direito à negociação coletiva e à livre organização sindical é imprescindível organização e luta. Se por um lado o Governo sinaliza abertura a ouvir os anseios e dos trabalhadores, por outro os grandes capitalistas, por meio dos seus veículos de comunicação e dos seus representantes no Congresso Nacional pressionam para fechamento da porta e por retrocessos, a exemplo da PEC 32 ou de um arcabouço fiscal e reforma tributária regressivos.

Com unidade e fortalecimento na sindicalização avançaremos com novas conquistas e vencendo esta batalha.

PARA O FUNCIONALISMO NO MS

“Nós, trabalhadores e trabalhadoras no serviço público federal, voltamos a ter esperança de estancar a corrosão dos nossos salários e melhorar nossas condições de trabalho. Entretanto, somente com muita organização, mobilização e luta política será possível alcançarmos melhorias e mudanças para os servidores públicos federais e para o conjunto da classe trabalhadora”

Adilson dos Santos, Diretor da Condsef/Fenadsef e do Sintsep/MS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Apresentação do demonstrativo financeiro resumido das competências dezembro/2022, à março/2023.

Os demonstrativos também estão disponíveis no site:



CONTAS DEZEMBRO 2022	CRÉDITO	DÉBITO
Vl. Aplic. em 30/11/2022 (sal. anterior)	339.504,36	
RECEITAS DO MÊS	153.645,40	
Receita com Convênios	1.474,24	
Receita com Honorários Advocatórios	9.210,97	
Receita com Mens. Sindicalizados	112.960,19	
Empréstimo Realizado C/ a Condsef	30.000,00	
DESPESA DO MÊS		246.416,77
Assessoria de Informática Avalue		1.500,00
Assessoria Jurídica (MGM)		14.000,00
Combustível - viagens ativ. sindicais		3.187,61
Compras escritório e limpeza		905,59
CONDSEF - mensalidade		6.490,61
CUT - mensalidade 2 meses		11.623,53
Desconto duplicidade - devolução		1.157,95
Devolução Empréstimo Condsef		30.000,00
Diretoria Regional Leste (Três Lagoas)		716,81
Diretoria Regional Sul (Dourados)		2.508,94
Doação Comitiva Posse Lula		1.500,00
Escritório contabilidade + 13º		3.394,00
FGTS - salários funcionárias		2.735,32
INSS - Funcionárias de nov/dez e 13º		18.993,61
Loc. espaço internet (site app e rádio)		157,00
Manutenção predial (água, luz)		2.453,91
Passagens aéreas		8.548,06
Plenária		14.556,73
PIS, IR e mens. sindical funcionárias		2.333,71
Reforma predial		4.880,00
Reuniões Direção		2.126,56
Salários e férias de Func. - nov/dez e 13º		69.973,56
Serviços de segurança (alarme)		400,00
Taxa bancária		298,05
Telefonia móvel, fixo e diretores		972,38
Viagem Brasília - inauguração Condsef		35.500,00
Viagem Estadual Diretores		5.502,84
SALDO A TRANSPORTAR	246.732,99	

CONTAS JANEIRO 2023	Crédito	Débito
Vl. Aplic. em 31/12/2022 (saldo anterior)	246.732,99	
RECEITAS DO MÊS	114.007,09	
Receita com Convênios	1.492,31	
Receita com Mens. Sindicalizados	112.514,78	
DESPESA DO MÊS		79.655,64
Assessoria de Informática Avalue		1.500,00
Assessoria Jurídica (MGM)		14.000,00
Combustível - viagens ativ. sindicais		5.097,00
Compras escritório e limpeza		3.078,56
CONDSEF		6.490,61
CUT		11.625,47
Diretoria Regional Leste (Três Lagoas)		355,09
Diretoria Regional Sul (Dourados)		2.024,13
Escritório contabilidade		1.697,00
FGTS - salários funcionárias		2.639,65
INSS - salários e férias de funcionárias		6.870,84
Loc. espaço internet (site app e rádio)		75,90
Manutenção predial (água, luz)		1.494,00
Passagens aéreas		4.387,93
PIS, IR e mens. sindical funcionárias		1.083,00

Reforma predial		9.200,00
Salários e férias de Funcionárias		2.763,82
Serviços de segurança (alarme)		432,48
Taxa bancária		83,86
Telefonia móvel, fixo e diretores		1.088,30
Viagem Brasília		3.668,00
Saldo a Transportar	281.084,44	

CONTAS FEVEREIRO 2023	CRÉDITO	DÉBITO
Valor Aplicado em 31/01/2023 (s. anterior)	281.084,44	
RECEITAS DO MÊS	139.986,11	
Rec. com Honorários Advocatórios	14.000,00	
Devolução Suprimento de Viagem	517,84	
Rec. com Mensalidades Sindicalizados	125.468,27	
DESPESA DO MÊS		140.299,07
Assessoria Jurídica (MGM)		14.000,00
Combustível - viagens ativ. sindicais		5.245,68
CONDSEF -		6.490,61
CUT -		11.623,53
Despesas Cartoriais		212,60
Diretoria Regional Leste (Três Lagoas)		638,79
Diretoria Regional Sul (Dourados)		4.904,17
Escritório contabilidade		1.825,00
FGTS - salários funcionárias		8.415,16
INSS - salários e férias de funcionárias		8.211,23
Loc. espaço internet (site app rádio)		2.081,10
Manutenção predial (água, luz)		3.466,73
Reforma predial		19.255,50
Compras escritório e limpeza		4.162,42
Passagens aéreas		4.630,14
PIS, IR e mens. sindical funcionárias		876,56
Viagem Dourados		1.900,00
Salários e férias de Funcionárias		11.975,00
Rescisão funcionárias		24.241,04
Serviços de segurança (alarme)		424,00
Seminário Planejamento - Palestrante		3.000,00
Telefonia móvel, fixo e diretores		2.556,55
Taxa bancária		163,26
SALDO A TRANSPORTAR	280.431,48	

CONTAS MARÇO 2023	CRÉDITO	DÉBITO
Vl. Aplic. em 28/02/2023 (saldo anterior)	280.431,48	
RECEITAS DO MÊS	152.455,16	
Receita Convênios - São Francisco (Alter)	3.119,44	
Receita com Honorários Advocatórios	10.315,44	
Devolução Suprimento de Viagem	925,74	
Receita com Mensalidades Sindicalizados	127.244,90	
Juros CDB	10.849,64	
DESPESA DO MÊS		142.092,99
Assessoria de Comunicação - fev/mar		7.000,00
Assessoria de Informática Avalue		3.000,00
Assessoria Jurídica (MGM)		14.000,00
Cert. Digital, DOU e Coroa Flores		1.041,00
Combustível - Viagens atividades sindicais		5.734,29
Compras escritório e limpeza		1.623,64
Condsef - alojamento		1.500,00

CONDSEF - mensalidade		6.490,61
Contratação de Arquiteto (50%)		5.750,00
CUT - mensalidade		11.623,53
Dev. de mens.- Licença Maternidade		738,96
Diárias de viagens		19.590,00
Diretoria Regional Leste (Três Lagoas)		844,21
Diretoria Regional Sul (Dourados)		2.762,46
Escritório contabilidade		1.825,00
FGTS - salários funcionárias		1.240,51
INSS - funcionárias		6.071,35
Licenciamento Etios 2023		354,25
Locação espaço internet (site e rádio)		815,85
Manutenção predial (água, luz)		2.181,74
Passagens aéreas		2.943,53
PIS, IR e mens. sindical funcionárias		493,51
Reforma predial		199,70
Rescisão funcionárias		4.163,24
Revisão Etios - 1 de 2 X		1.177,00
Salários e férias de Funcionárias		18.485,00
Seminário de Planejamento		14.161,03
Serviços de segurança (alarme)		424,00
Taxa bancária		250,01
Telefonia móvel, fixo e diretores		1.170,57
Viagem Brasília - Encontro Jurídico		4.437,00
Saldo a Transportar	290.794,65	

VEM AÍ

CONGRESSO

SINTSEP/MS
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO MS

PARTICIPE E DECIDA
JUNTAS E JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

SINTSEP/MS PRESSIONA MINISTÉRIO DA SAÚDE A EFETIVAR O DIREITO DOS SERVIDORES DE CONVERTER O TEMPO ESPECIAL EM TEMPO COMUM PARA FINS DE APOSENTADORIA

Os servidores públicos federais têm direito de averbar o tempo de trabalho em em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à sua saúde ou à integridade física. Esse reconhecimento permitirá reduzir o tempo efetivo de trabalho contado para fins de aposentadoria.

Esta é uma luta histórica da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em MS (Sintsep/MS), de que o Governo reconheça o direito do Servidor e isso possa refletir favoravelmente ao trabalhador junto ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União para atingir os

requisitos para obter a aposentadoria.

Fomos vitoriosos, pois o Judiciário reconheceu que temos o direito. E o próprio governo já emitiu orientação para que os órgãos procedam a averbação

ESTA É UMA LUTA HISTÓRICA DA CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (CONDSEF) E DO SINTSEP/MS

do tempo especial na ficha funcional do servidor mediante a solicitação do mesmo.

A referida averbação diz respeito ao período trabalhado desde a edição da Lei 8.112/990 até a promulgação da Reforma

da Previdência (EC 103) em 12/11/2019.

Para que o direito seja efetivado o servidor deve formalizar o requerimento junto ao órgão. Por sua vez, o órgão deverá se manifestar formalmente se o servidor tem direito ou não à averbação. Para facilitar, garantir a exatidão das informações e an Stecipar possível recurso contra uma possível negativa do órgão, o Sindicato disponibiliza um formulário para os servidores. Basta que o servidor procure o Sindicato, preencha e assine o formulário e depois o protocole junto ao órgão onde está vinculado.

Devido a morosidade nas análises por parte dos órgãos do governo, o Sindicato tem realizado reuniões com os gestores para cobrar maior rapidez.

SERVIDORES DA FUNAI LUTAM PELA APROVAÇÃO DE PLANO DE CARREIRA QUE VALORIZA A CATEGORIA

Cerca de cinco anos após a elaboração do Plano de Carreira Indígenista (PCI), servidores continuam lutando para que seja formalizado e implementado. Trabalhadores da Funai têm pressionado o Governo a formalizar o Plano e buscar maneiras de valorizar os servidores de nível fundamental e médio.

A discussão sobre o PCI avançou em 2017, como uma demanda oriunda dos quadros da autarquia. No entanto, a negociação não avançou devido às práticas políticas do Governo Federal à época, tendo ficado no âmbito da administração pública, sem sequer ter sido proposto ao legislativo.

Em 2022, a notícia dos assassinatos do servidor da Funai Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips alcançaram a opinião pública e descortinaram a situação da categoria nos rincões de todo o país. As manifestações dos servidores, por meio dos Sindicatos,

pressionaram a gestão da Funai a desarmar a proposta do PCI. Em janeiro de 2023, com um novo governo e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a discussão foi retomada e a Funai emitiu nota técnica em que manifesta concordância e apoio à proposta.

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em MS (Sintsep/MS) também emitiu carta à Condsef em que se manifesta sobre o processo de negociação do PCI da Funai.

No documento, o Sintsep/MS manifesta apoio à proposição do PCI, sem prejuízo às demandas dos trabalhadores de nível médio que reivindicam sua inclusão no plano.

A ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara também tem se empenhado pela aprovação do PCI. Em 23 de março, telefonou para a ministra da gestão e da inovação

em serviços públicos. Esther Dweck que afirmou que o PCI da Funai é o prioritário e assumiu o compromisso de entregar o processo dentro do prazo da LDO

Os trabalhadores da Funai seguem em mobilização, realizando vigílias semanais em unidades do órgão. Em 29 de março, a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, participou da vigília e reafirmou seu apoio à reivindicação dos servidores. “Eu apoio o plano de carreira de vocês e já estou articulando apoio ao projeto no Congresso Nacional também. Falei da importância de ter condições para que a Funai cumpra a sua função institucional. Sem servidor, sem condições de trabalho, sem a valorização dos servidores, não tem como a gente realizar as ações da Fundação”, afirmou.



Confira a carta em seu celular



SINTSEP/MS REALIZA SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA 2023

Realizado de 2 a 4 de março o Seminário de Formação e Planejamento para o ano de 2023 no Sintsep/MS. A formação é uma exigência é uma necessidade, indicada pela nossa concepção sindical e reiterada na Plenária, que visa capacitar o quadro de diretores do sindicato para a atuação no ano que se inicia.

A atividade durou três dias, um de capacitação, dois de planejamento e teve a participação de convidados. Voltada para Direção Colegiada Estadual (DCE) do Sindicato, cerca de 30 pessoas participaram das atividades durante os três dias.

O primeiro dia (quinta-feira, 2) teve mesa de abertura dedicado à formação política e teve a participação do diretor Adilson dos Santos, representando a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef), de Andréia Ferreira, supervisora-técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em MS, de Wilson Gregório, Presidente da Central Única dos Trabalhadores em MS (CUT/MS). A diretora da Secretaria

de Assuntos Jurídicos (SAJ), Maria Helena Faria, e o Secretário Geral, Wesley Gouly, coordenaram a mesa inicial.

Após a mesa de abertura, com o aprofundamento da exposição da conjuntura internacional, nacional e regional para o sindicalismo no momento histórico atual, ocorreu a uma exposição sobre a história e concepção do sindicalismo, pelo Professor Helder Molina (UERJ/UnB), doutor em Políticas Públicas e Formação Humana. A exposição foi seguida de debate com os participantes, mediado pelo diretor coordenador da atividade, João Nascimento, da Secretaria de Formação Política Sindical (SFPS)

Para o segundo e terceiro dias, as atividades prosseguiram com a coordenação e metodologia do Professor Molina e foram dedicadas ao planejamento do exercício de 2023 do sindicato. O foco foi no diagnóstico da situação atual do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público em MS (Sintsep/MS), no mapeamento dos desafios e planejamento de ações para o período que se inicia

Sintsep define filiação ao Dieese

A DCE do Sintsep/MS ratificou a manifestação política realizada durante o Seminário de Formação e Planejamento para 2023 pela filiação do Sindicato ao Dieese, que é uma instituição renomada e premiada pela qualidade técnica e científica dos estudos e pesquisas que realiza

Conheça o Planejamento e calendário do SintsepMS no ano 2023, aprovado pela DCE dia 4 de março

A Direção Colegiada Estadual (DCE) do **Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em MS (Sintsep/MS)** aprovou o Planejamento e respectivo calendário do ano de 2023, elaborado através do Seminário de Formação e Planejamento realizado de 2 a 4 de março.

O calendário anual aprovado prevê diversas atividades para o decorrer do ano, destacando-se, principalmente:

Plenária do Sintsep/MS

Foi aprovada a convocação de uma Plenária Estadual para o final de julho, que atualizará o regimento eleitoral do Sindicato, dentre outras deliberações. Os delegados e delegadas participantes da Plenária serão eleitos em Assembleia Geral Estadual prevista para o início de julho.

Congresso do Sintsep/MS

A instância maior do Sindicato, o Congresso, que discutirá os cenários, os objetivos da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público federal em Mato Grosso do Sul, as linhas de ação coletiva e a sua organização, será convocado para o final de setembro. Para a condução do processo congressual, a Direção Executiva constituirá uma Comissão Organizadora ainda no mês de março. A eleição de delegados/as será realizada em assembleias por local de trabalho.

Renovação da diretoria

A eleição que renovará a Direção Colegiada Estadual e o Conselho Fiscal do Sintsep/MS será realizada em novembro deste ano. O processo eleitoral iniciará com a Plenária Estadual. O Congresso do Sintsep/MS e assembleias são etapas preparatórias que antecedem o processo eleitoral. A posse da diretoria eleita deve ocorrer em dezembro de 2023.

Formação

Serão realizadas atividades de formação para as servidoras e para os servidores sindicalizados ao longo do ano. Por meio da Secretaria de Formação, a diretoria do Sindicato viabilizará a participação em atividades formativas em formato online e presencial. As ações estarão integradas ao processo congressual da entidade. O calendário e a metodologia serão comunicadas à medida que a Secretaria em conjunto com a Diretoria Executiva definam as instituições parceiras e os formadores.

Comunicação

Além da manutenção dos canais de comunicação que já estão funcionando regularmente (o site, o facebook) será retomada a edição do Jornal do Sintsep

de maneira trimestral, com a próxima edição abrangendo o trimestre março, abril e maio sendo publicada no mês de abril. Também será retomada a radioweb do Sindicato, à medida que tenha pessoal capacitado e disponível. Outra ação da comunicação será a capacitação das servidoras e dos servidores sindicalizados para atuação nas redes sociais por meio do projeto Brigadas Digitais, da CUT.

Trabalhadoras e trabalhadores empregados na Ebserh

Foram definidas diversas atividades que dizem respeito aos trabalhadores e trabalhadoras nos Hospitais Universitários da UFMS e da UFGD por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Dentre elas destacamos a realização de uma campanha de comunicação para o estreitamento da relação entre os trabalhadores da empresa e o Sindicato e para o fortalecimento da representação sindical pelo Sintsep/MS e pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef).

Além, do aspecto da comunicação social, o planejamento prevê a realização de visitas pela diretoria, bem como a realização de assembleias por local de trabalho no decorrer do ano.

Jornada Sintsep/MS dos Direitos das Servidoras e dos Servidores

Ao longo do ano a Diretoria do Sindicato fará atividades de visitas às sindicalizadas e aos sindicalizados para informar, orientar e auxiliar nos procedimentos referentes às ações judiciais que garantem os direitos das servidoras e dos servidores

Assembleias nos locais de trabalho e Assembleias Gerais

Serão realizadas assembleias nos locais de trabalho (órgãos federais em Mato Grosso do Sul) dos/as servidores/as sindicalizados/as ao Sintsep/MS. O calendário está relacionado às discussões das categorias, inclusive referentes aos salários. E serão definidas pela Diretoria Executiva. Também serão realizadas assembleias gerais estaduais reunindo todas as categorias da base do Sindicato. Fique atento.

O DIEESE

Fundado em 1955 por representantes sindicais, a entidade atua com função de auxiliar na luta sindical no país. A entidade é custeada pelo movimento sindical e produz estudos e pesquisas como subsídio à atividade sindical estabelecida na sociedade.

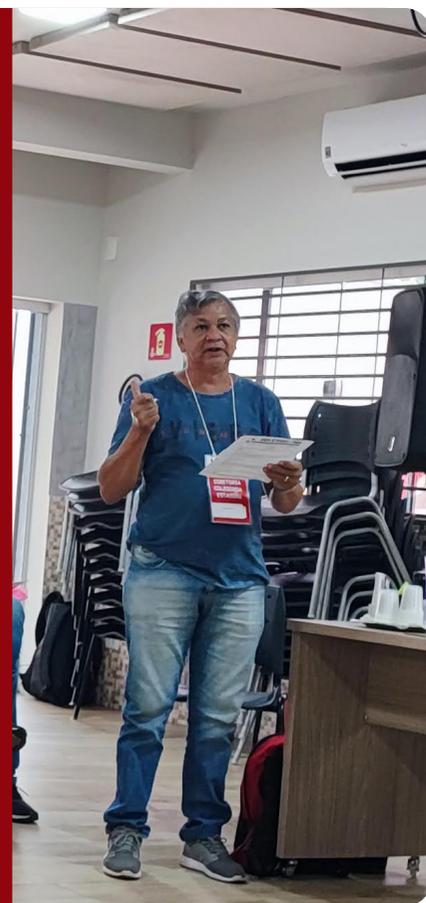
Atualmente o Dieese é composto por cerca de

700 associados

e conta com

17 escritórios regionais

espalhados por todo o país.





#8M SINTSEP/MS CONSTITUI COLETIVO DE MULHERES

Durante a realização do Seminário de Formação e Planejamento realizado 2 a 4 de março, as sindicalizadas presentes, Ana Cláudia Salomão, Maria Helena Faria e Taís Peçanha, em conjunto com a Convidada Maria José Furtado, estabeleceram o Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em MS (Sintsep/MS), com a finalidade de fortalecer a atividade sindical das mulheres do funcionalismo público federal no estado de MS.

“É muito pouco, ainda somos poucas mulheres participando da vida sindical” afirma Maria Helena Faria, sobre a necessidade de se sindicalizarem mais mulheres, e principalmente, do acesso das sindicalizadas às posições de direção sindical.

O Coletivo se propõe a atuar pela divulgação da atividade sindical no meio feminino e atuar ativamente na filiação de novas mulheres para atuarem na vida sindical.

Resultado da mobilização das Mulheres do Sindicato e da articulação com o Coletiva Sempre Vivas, a entidade produziu materiais alusivos ao dia, ao mês e às lutas das mulheres. Confeccionou banners, canecas, camisetas e utilizou a arte desenvolvida nos materiais de comunicação (site, facebook, whatsapp).

Ato Público em Campo Grande

O Coletivo de Mulheres do Sintsep/MS foi representado no ato público pelo #8M, dia de luta das mulheres contra todas as violências, realizado em Campo Grande pelo ColetivA Sempre Vivas, pela jornalista e servidora pública no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e diretora Ana Cláudia Salomão. O ato foi organizado em conjunto

“É muito pouco, ainda somos poucas mulheres participando da vida sindical”

Maria Helena Faria

por diversas entidades. O Coletivo de Mulheres do Sintsep/MS foi representado na preparação pela Diretora Maria Helena, servidora do Ministério da Saúde.

A ação aconteceu na alvorada da terça-feira (8/3), à partir das 5h da manhã, com um café da manhã na

praça Ary Coelho. E foi seguida por intervenções artísticas e políticas, a atividade se estendeu por todo o período da manhã com a participação de mulheres das diversas entidades que formam o ColetivA.

Em sua fala no ato, Ana Cláudia, falou sobre a importância do serviço público para as mulheres que é fundamental e o momento histórico atual e fundamental para a luta pela valorização das servidoras públicas: “O Sintsep está nessa luta pela valorização do serviço público e das servidoras, pelo resgate de direitos do povo retirados pelo governo genocida. Estamos num momento privilegiado para reconstruir o país e vamos pra cima, disputar esse governo”, ressalta.

ColetivA Sempre Vivas

O grupo surge da iniciativa de várias entidades e grupos que se organizaram em torno da pauta feminista. Ao todo 41. “Em comum, temos o olhar agudo para a realidade vivida por nós e os princípios feministas que conduzem nossa estratégia de construção da igualdade”, anuncia o manifesto de fundação do ColetivA..

ENTIDADES QUE COMPÕEM O COLETIVO:

• ACP • ADUFMS • ATMS • CEBI • COLETIVO ARATICUM • COLETIVO ELAS PODEM • COLETIVO MUNICIPAL DE MULHERES DO PT • CRP-14 • CTGR/CAU/MS • CUFA • CUT • DEUSAS DO CERRADO • ENEGRECER • FETAM/MS • FETEMS • FETIEMS • FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA • FÓRUM PERMANENTE DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO MS • ISC DANDARA • JURISTAS PELA DEMOCRACIA • MADRE LOCA • MMM • MNU-CG • MNU-GTA • MST • MUCB • NEAB/UFMS • PDT • PT • REDE FEMINSITA DE SAÚDE DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS • SECRETARIA ESTADUAL DE MULHERES DO PT MS • SINDICATO DOS BANCÁRIOS • SINERGIA • SINTECT/MS • SINTES/MS • SINTSEP-MS • SINTSS/MS • STIC/CG • TEZ • UMAM • UNEGRO/MS